

316.

24

TERRA PORTUGUESA

REVISTA ILUSTRADA DE ARQUEOLOGIA ARTISTICA
E ETNOGRAFIA



LISBOA

Na Oficina do Anuario Comercial Praça dos Restauradores, 24.

MCMXVIII

1918

SUMÁRIO

N.º 24 — JANEIRO DE 1918

	Pag.
Antigos mercados portugueses — <i>Luis Keil</i>	233
IV e V — « <i>Marché portugais</i> », aguarelas de <i>Zacharie Felix Doumet</i>	234
VI e VII — « <i>Autre marché portugais</i> », aguarelas de <i>Doumet</i>	235
Estudos da Etnogenia Portuguesa — Os habitantes primitivos do territorio — <i>Dr. A. A. Mendes Corrêa</i>	236
O Mosteiro de S. Paulo de Almaziva, a par de Coimbra — <i>Dr. A. Mesquita de Figueiredo</i>	241
Cronica: Livros — <i>A Sé Velha de Coimbra e A Arte Manuelina e os Criticos</i> , por D. José Pessanha — <i>Outro Mundo</i> , por Hipolito Raposo — <i>Tapetes de Arrayolos</i> , por D. Sebastião Pessanha	248

Só se publica a colaboração sollicitada «por nós».

A Terra Portuguesa só permuta com publicações da sua indole.

AOS NOSSOS ASSINANTES E LEITORES

Vai a *Terra Portuguesa* entrar no seu 3.º ano de existencia, e, apesar das difficuldades enormes do momento — cada resma de papel, que nos custava, em 1916, 7\$50, custa-nos agora 28\$ —, temos mantido a Revista com o mesmo carater com que appareceu. Para o podermos continuar a fazer, porem, somos forçados a modificar as condições de assinatura e venda. Decidimos passar a publicar a Revista, com toda a regularidade, de dois em dois meses, ao preço de 2\$60 cada numero de 32 paginas. As assinaturas custarão, portanto, 1\$80 por semestre.

Para regularização da saída, resolvemos tambem saltar cinco meses, de Fevereiro a Junho, devendo, portanto, o n.º 25-26, referente a Julho e Agosto de 1918, aparecer na segunda quinzena deste ultimo mês.

Que os nossos presados assinantes e leitores nos desculpem.

Todos os pedidos de fasciculos, volumes e capas da Revista, devem ser dirigidas á Livraria Ferin, Lisboa.

Preço d'este numero: \$20

TERRA PORTUGUESA

DIRECTOR LITTERARIO :

VERGILIO CORREIA

EDITOR E PROPRIETARIO :

D. SEBASTIÃO PESSANHA

DIRECTOR ARTISTICO :

H. SANTOS JUNIOR

ANNO 2.^o — N.^o 24

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Rodrigo da Fonseca, 53 — Lisboa

Comp. e imp. na Typ. do Anuario Commercial
Praça dos Restauradores, 24 — Lisboa

JANEIRO DE 1918

ANTIGOS MERCADOS PORTUGUESES

São poucos os documentos iconográficos que possuímos a respeito dos mercados portugueses dos fins do século XVIII. Murphy, Kinsey, Baillie, Bradford, Léveque, e outros, reproduzindo, em gravuras soltas ou nas que acompanham as relações das suas viagens, tipos populares portugueses, raramente agruparam essas figuras de modo a indicarem, no conjunto, qualquer aspecto de um mercado. Por outro lado, Stadler, Wells, Sofia Wagner, Humphrey e Dunstan Gordon — que presumo seja o autor que desenhou as pitorescas scenas do *Sketches of Portuguese Life* — procuraram apenas dar a impressão aproximada e desprezenciosa dos episódios da nossa vida rural, desenhando e fazendo gravar, nas suas composições mais vastas, quadrinhos campestres, em que aparecem tipos populares.

Ora Zacharie Doumet, o minucioso pintor francês a quem no numero anterior me referi, deixou-nos, nas folhas do seu album, numerosos aspectos dos mercados da época, desenhados do natural. Não lhe escaparam, por isso, nem as atitudes e os trajos dos vendilhões e compradores, nem os pequenos incidentes característicos do ajuntamento, taes como os cães brincando com as galinhas, ou o burro filosofando tranquilo ante um cesto pojado de legumes. . .

Entre as personagens representadas, salientam-se o frade, de habito pardo e escapulário, o negociante, com seu bicornio e capote de mangas, e o sargento, de farda azul com peitilho e vivos brancos e chapéu debruado, que faz a policia do mercado.

Doumet reproduz com muito cuidado os trajos. As mulheres usam, quasi invariavelmente, uma saia de baixo, amarela, sendo a que trazem apanhada sob a cinta, azul ou arroxeadada; a vasquinha é vermelha, debruada de azul; os capotes, com cabeção, amarelados ou escuros, e os lenços, brancos, assentando o carapuço ou chapéu sempre sobre o lenço.

Os homens trajam vestias cor de castanha ou azuladas, debruadas de fita, e coletes vermelhos. O chapéu é geralmente um bicornio agalado de amarelo ou azul, e os carapuços são amarelados ou vermelhos. Os capotes, cor de pinhão ou de azeitona, tem cabeção, mangas, e um capuz, forrado de verde. A proteger as pernas, usam as personagens, além dos calções de fazendas grossas, polainas de pano ou meias brancas. Na frente dos sapatos, arqueira-se quasi sempre uma daquelas grandes fivelas, tão satirizadas pelos folhetos de cordel da época.

LUIS KEIL.

ANTIGOS MERCADOS PORTUGUESES



Zacharie Felix Doumet

IV



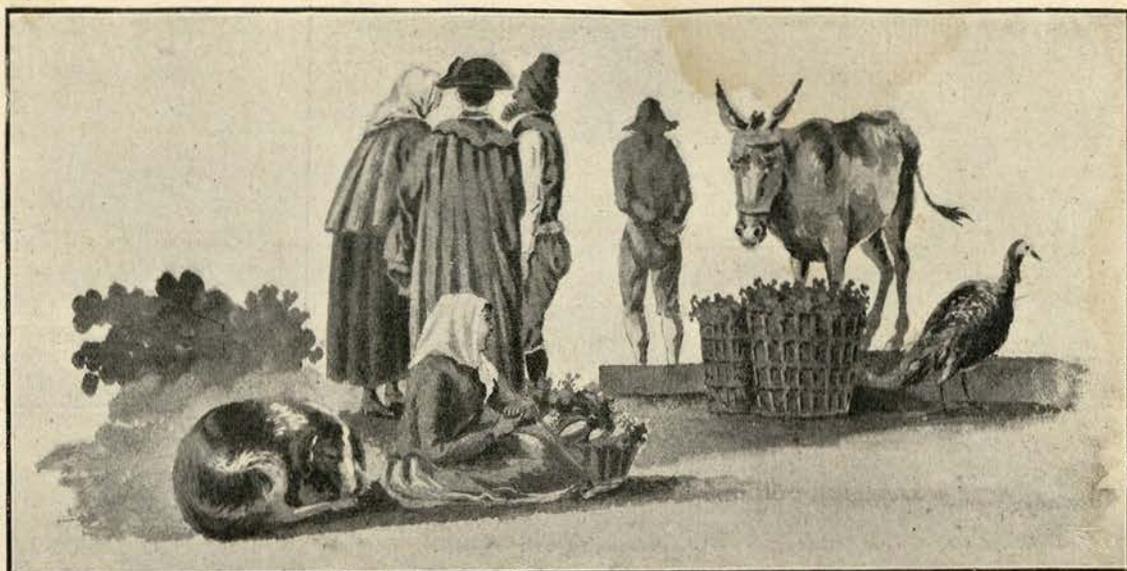
Zacharie Felix Doumet

V

MARCHÉ PORTUGAIS

[234]

ANTIGOS MERCADOS PORTUGUESES



Zacharie Felix Doumet

VI



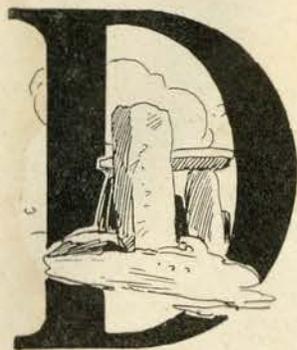
Zacharie Felix Doumet

VII

AUTRE MARCHÉ PORTUGAIS & C.

ESTUDOS DA ETNOGENIA PORTUGUÊSA

OS HABITANTES PRIMITIVOS DO TERRITÓRIO



os desvaliosos trabalhos com que temos colaborado no estudo da etnogenia nacional, muito sumariamente exporemos na *Terra Portuguesa* alguns pontos de vista, que, pelo menos em detalhes, divergem das doutrinas correntes sobre o assunto e permitem encarar as origens deste agregado etnico por um modo diverso d'aquêle por que tem sido geralmente encaradas.

A importância que foi dada ao descobrimento dos «kjoekkenmoeddinger» ou «restos de cozinha» do Vale do Tejo, reconhece-se hoje como muito justificada. Classificados ha poucos anos por Breuil no periodo «tardenoisense» ou na vertente paleolítica da fase de transição da pedra lascada para a pedra polida (no «epipaleolítico», d'Obermaier), essas estações paleontológicas — as mais antigas que no nosso territorio tem fornecido restos humanos fosseis d'averiguada autenticidade — são também consideradas, com a bávara aziliense d'Ofnet, como as averiguadamente mais antigas em que a braquicefalia (isto é, a forma de crânio largo e curto) surge no *Homo sapiens* europeu. Em eras mais remotas, no «musteriense», ha os braquicéfalos de Krapina, estação croata, mas não pertencem á espécie humana actual, ao *H. sapiens*, devendo antes incluir-se numa espécie arcaica e extinta, o *H. neanderthalensis*.

Aos dolicocéfalos (individuos de crânio alongado) que, nos «kjoekkenmoeddinger» extremos, predominam consideravelmente, em numero, sobre os braquicéfalos, outorgou-se o título d'ascendentes da grande maioria da população portuguesa d'hoje. Identificou-se esse tipo dolicocéfalo com o tipo médio português actual e com a raça neolítica de Baumes Chaudes-Homme Mort, que se descobriu em varios pontos do território francês e constitue crívelmente o tronco originário da raça *mediterrânea* ou *ibero-insular*, a dominante na nossa população como noutras da bacia do Mediterrâneo.

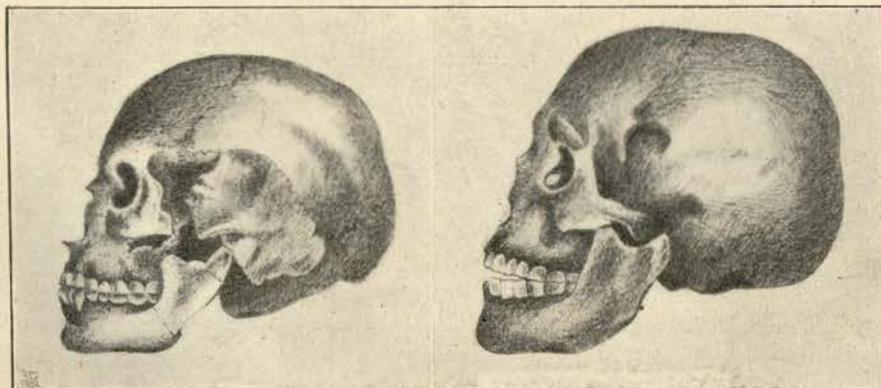


FIG. 1 — CRÂNIO DOLICOCÉFALO FEMININO DOS «KJOEKKENMOEDDINGER» DO VALE DO TEJO.
FIG. 2 — CRÂNIO DOLICOCÉFALO MASCULINO DA MESMA PROVENIÊNCIA

Tratámos, porém, d'evidenciar, num trabalho recente (1), que a pretendida

(1) A' propos des caractères inférieurs de quelques crânes préhistoriques du Portugal — «Archivo d'Anatomia e Antropologia» — Lisboa, 1917.

ESTUDOS DA ETNOGENIA PORTUGUÊSA

raça de Baumes Chaudes-Mugem não é homogénea, como não é admissível também a identificação do dolicoide de Mugem (que designamos agora por *Homo afer taganus*, var., ou abreviadamente por *H. taganus*) com o tipo médio português contemporâneo. O *H. taganus* é de nariz relativamente largo, face prognata, fronte mais ou menos oblíqua, e capacidade craniana fraca. O português d'hoje, como o neolítico francês de Baumes Chaudes, é de nariz alongado e estreito, ortognata, de fronte vertical ou quasi vertical, de grande capacidade craniana. Onde está a identidade morfológica dos dois tipos?

A nosso vêr, o dolicocefalo tardenoiense do Vale do Tejo apresentaria antes algumas afinidades com uma forma mais antiga do paleolítico europeu, designada por *H. aurignacensis* ou *H. protoaethiopicus*, que se descobriu no abrigo de Combe Capelle, Dordogne. Mas essas afinidades também não permitem uma identificação, porque ha algumas diferenças importantes entre os dois tipos, como no grau de dolicocefalia, volume do crânio, etc. Todavia, é licito afirmar, em face dos caracteres inferiores do *H. taganus*, que este se deve incluir num grupo das raças inferiores, talvez das australoides. A sua origem, semelhantemente á do *H. aurignacensis*, seria equatorial, e isso se conforma também com as características e área geográfica da cultura azílio-tardenoiense, como a inclusão do *H. aurignacensis* no bloco das raças equatoriais com a origem da respectiva cultura aurignacense (1). Com os maçalenenses é que nem o homem dos nossos «kjoekkenmøddinger», nem o de Combe-Capelle, tinham afinidades estreitas de cultura ou de tipo físico.

Sentimos grande prazer lendo ultimamente, num estudo do sábio professor Giuffrida-Ruggeri (2), palavras d'inteira concordância com as opiniões que acabamos de reproduzir.

Negando que o português d'hoje se possa identificar com o *H. taganus*, não negamos que este possa ter influido na etnogenia portuguesa, se bem que as suas revivescências actuaes devam ser muito raras (3). Essa influência descortina-se nos nossos dolicocefalos neolíticos de Cezareda e Montejunto, que atestam já a transição para os portugueses contemporâneos, talvez mercê da acção d'elementos superiores.

Ao «neandertaloidismo» dos crânios de Mugem e ás pretendidas sobrevivências «neandertaloides» nas provincias portuguesas do norte, opômos-lhes formal contestação (4). Parece impossivel que espiritos ilustres hajam alimentado um momento taes ideias. Os crânios de Mugem são bem do *H. sapiens*, e os nossos contemporâneos do Minho, Trás-os-Montes e Beira não deixariam de protestar contra aquéla hipótese, tão pouco lisongeira para elles, se estas questões fossem acessiveis ao vulgo. O *H. neanderthalensis*, uma espécie arcaica e extinta, diversa até dos australianos e das actuaes populações inferiores do globo, um hominídeo semi-bestial, de cerebração reduzida e estagnada — a acotovelar-se comnosco,

(1) Cf. nossos trabalhos: *Sulla pluralità dei tipi ipsistenocefali e sopra alcuni crani portoghesi* — «Rivista di Antropologia» — Roma, 1916-1917; *Sobre uma forma craniana arcaica* — «Anaes Scientif. da Faculd. de Medicina do Porto», 1917; e *Sur les brachycéphales préneolithiques et leur culture* — «Bull. de la Soc. Portugaise des Sciences Naturelles» — Lisbonne, 1917.

(2) *La posizione antropologica di Combe Capelle, ecc.* — «Rivista di Antropologia» — Roma, 1917-1917.

(3) Será uma dessas reviviscências o crânio n.º 78, de Traz-os-Montes, da colecção da Faculdade de Sciencias do Porto, que descreveremos num proximo artigo e estampamos na fig. 3.

(4) *A propos des caractères inférieurs, etc.*, op. cit., e *Notas craniográficas e as pretendidas sobrevivências neandertaloides nas provincias portuguesas do norte* — Em publicação.

ESTUDOS DA ETNOGENIA PORTUGUÊSA

aqui no norte de Portugal, em plena Europa, em pleno seculo xx, talvez usufruindo todos o direitos civís e políticos! . . .

Os braquicéfalos de Mugem não pertencem a um mesmo tipo craniano. Referimo-los num dos ultimos trabalhos (1) ás fórmãs *protobraquimorfa* (de contorno horizontal trapeseide, fronte estreita e occipital vertical), *protosfenoide* (porventura assimilavel á anterior) e talvez á *ortobraquimorfa* (de fronte mais larga, occiput convexo, orbitas altas, mesorrinla, aspecto mais mongoloide), três das cinco fórmãs que julgámos poder distinguir nos braquicéfalos primitivos da Europa. Alguns braquicéfalos do neolítico português, como os de Carvalho e Liceia, reduzir-se-hão tambem aos dois primeiros d'esses tipos.

Abstraindo do exemplar sub-braquicéfalo, que supusémos *ortobraquimorfo* e o unico levemente mongoloide, os braquioides de Mugem correspondem talvez ao tipo dos invasores da Grã-Bretanha na idade do bronze, que Keith (2) reúne aos protobraquicéfalos do neolítico (tipo de Grenelle), descrevendo-os altos, robustos, de face alongada, nariz saliente, occiput vertical e arcadas supraciliares salientes, e distinguindo-os dos braquicéfalos continentaes, primitivos e modernos, de crânio globuloso, occiput convexo, e sem forte relevo supraciliar, que são referiveis ao tipo *alpino* e cujos espécimes primitivos se deverão enquadrar por esses caracteres no nosso *neobraquimorfo*. Com esta fórmã se parecem tambem, em geral, segundo os nossos estudos, os braquioides portuguezes actuaes, que assim se afastam dos protobraquimorfos e protosfenoides de Mugem, Grenelle, e



FIG. 3 — CRANIO MODERNO DE TPÁS-OS-MONTES, COM ALGUNS CARACTERES DO «H. TAGANUS»

«rounds-barrows» britânicos da idade do bronze. Encontram-se estas constatações em opposição ao que sobre o assunto se tem escrito entre nós.

Contra a opinião de Keith, que pretende que os braquicéfalos europeus são originários de qualquer ponto das regiões montanhosas da Europa Central, insistimos

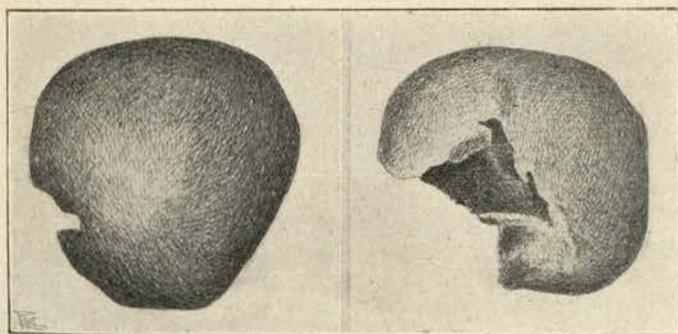


FIG. 4 — CRANIO BRAQUICÉFALO FEMININO DOS «KJØEKKENMOEDDINGER» (CONTORNO HORIZONTAL TRAPESOIDE, ESTREITAMENTO FRONTAL, TIPO «PROTOBRAQUIMORFO»).

FIG. 5 — PERFIL LATERAL DO MESMO EXEMPLAR (OCCIPUT VERTICAL, PERFIL CUBOIDE).

etc., e sobretudo nos nossos *Estudos da etnogenia portuguesa (Cranios braquicéfalos)* «Anaes Sc. da Faculdade de Medicina do Porto» — Porto, 1918. A nossa classificação dos braquioides primitivos em cinco fórmãs, vem neste ultimo trabalho.

(2) ARTHUR KEITH — *The bronze-age invaders of Britain* — «Nature», vol. 94, Londres, Nova-York, 1915.

(1) Cf. a parte desta nota referente aos braquicéfalos na já citada *Sur les brachycéphales préneolithiques*,



FIG. 6 — CRANIO BRAQUIOIDE MODERNO DE PORTUGAL

em ir buscar a origem da braquicefalia de Portugal, como em geral da Europa, ao oriente, talvez á Asia menor, sendo impressiva a hipsibraquicefalia *armenoide* de vários protobraquicéfalos europeus. Esqueceu Keith, além d'outros factos, que nenhuma descoberta anterior ao aziliense autoriza a sua suposição e que, sendo a Europa, a final de contas, um simples prolongamento da Asia, na qual a braquicefalia tem consideravel importância, não é uma fantasia gratuita ir ahi procurar a origem de populações, que, não tendo provavelmente na Africa o seu berço, não remontam tambem, na Europa, senão ao epipaleolítico, nem se demonstrou ainda terem nascido de transformações dos dolicoideos do paleolítico superior europeu.

Não nos deslumbra, porém, incondicionalmente a famosa *miragem oriental*. Longe de atribuímos ás guardas avançadas dos braquioides, cujos restos se descobriram em Ofnet e

Mugem, um valioso *apport* de cultura, crêmos que elas seriam dum profundo atrazo cultural, mesmo admitindo que lhes pertencesse a paternidade da cultura tardenoisiense, que entendemos antes ser obra dos dolicoideos. Os miseros pescadores dos nossos «kjoekkenmoedinger» estavam bem longe de conhecer os requintes da civilização madalenense.

Em migrações sucessivas, teriam vindo outras populações e outros elementos de cultura. Mas, quando se procura ligar os dados da arqueologia e da antropologia com as mais remotas informações dos textos históricos, surge a confusão, que desgraçadamente tem originado uma grande parte do sistemático scepticismo com que muitos espíritos superficiaes encaram as pesquisas feitas em tão longinquo passado. As primeiras designações étnicas — lígures, celitas, pelascos, etc. — foram encabeçadas, a torto e a direito, a quantos povos a arqueologia pretendia distinguir pela cultura e a antropologia pelo tipo físico. Sem dados bastantes para muitas dessas identificações, forçando-se o sentido de textos obscuros e fragmentares, gerou-se um cáos, de que alguns quiseram sair, pondo um dique a taes aproximações. Outros, sem força para reagir contra a corrente, deixaram de pé os nomes étnicos dos textos e admitiram, por exemplo, como distintos, os celtas da história, os celtas da arqueologia, os celtas da antropologia, os celtas da linguística, como se pelo mesmo nome se pudessem entender povos diversos!

A protoistória e a história encontram fracos subsídios documentaes na antropologia das respectivas épocas para o estudo da evolução e relações etnicas da nossa população. Os restos osteológicos da época lusitano-romana do Algarve, de Viana do Alentejo e talvez de Vila Franca de Xira são poucos, e ainda mais precários são os d'outras estações, como os dos arredores da Figueira, conservados, aliás, com inteligente e devotado carinho. Nas sepulturas alinhadas de Cascaes, da época bárbara, se estabelece o tipo *nordico*, alto, de cabeça alongada, nariz saliente, orbitas relativamente altas e grande desenvolvimento frontal, com uma pe-



FIG. 7 — CRANIO BRAQUIOIDE MODERNO DE PORTUGAL

ESTUDOS DA ETNOGENIA PORTUGUÊSA

quena proporção de braquicéfalos, de que supomos ter sido o primeiro a anunciar e descrever um espécime. Em sepulturas da época árabe do Algarve, se encontram também tipos diversos.

Mas todas estas estações são muito posteriores ás eras em que os textos acusam, mais ou menos claramente, nestas paragens, vários povos antigos. E, por sua vez, as datas a que os mesmos textos e a arqueologia nos permitem fazer recuar a presença desses povos no território português e, em geral, na Península não abrangem a época remota em que os homens dos «kjoekkenmoeddingen» e os seus sucessores neolíticos aqui existiram. Na Gália, idade do bronze — o periodo ligúrico; por excelência, segundo a arqueologia — começa na segunda metade do terceiro milénario antes de Cristo; mas a história só nos começa a falar das lígures num texto d'Hesíodo do século VII A. C. Dos iberos fala Hecateu de Mileto do século VI para o século V, ou um periplo fenício suposto do século VI, utilizado por Festo Avieno. A presença de celticos na Península é acusada no século V por Herodoto. Só perante bastantes dados arqueológicos e antropológicos se poderão identificar com qualquer desses povos protohistóricos os velhos neolíticos e preneolíticos do solo português.

Recebendo da Gália, através dos Pirineus, e da Africa, pelo estreito de Gibraltar, sucessivas migrações de povos e de correntes de civilização, desde eras distantes a Península deve ter possuído um complexo amalgama étnico. O crânio de Forbes-Quarry, a mandíbula de Bañolas e uma larga cópia d'objectos primitivos accusam a existência na Ibéria, numa alta antiguidade, do homem do pleistoceno inferior e médio. Os aurignacenses e os azílio-tardenoienses, de proveniência africana, e, a leste, os homens de Cro-Magnon e os madalenenses deixaram também vestígios da sua presença, dos quais os mais notáveis são as belas pinturas parietaes das cavernas. O neolítico assistiria, entre nós, á colisão e, por vezes, á fusão, dos elementos étnicos vindos da bacia do Mediterrâneo e da Africa com vários elementos, uns, sobreviventes do paleolítico espanhol, outros, o maior numero, recémchegados da Gália e talvez representantes do tipo de Baumes-Chaudes, o padrão racial do português contemporâneo.

Como as tentativas entusiasticas d'identificação dos primitivos habitantes do território com os primeiros povos da história nos parecem ingénuas, anacrónicas e infundadas, perante as constatações rigorosas da paleantropologia! Quando a história nos fala desses povos, mesmo quando a arqueologia os presente, quantas gentes diversas não tinham pisado já o solo português! E, depois, pouco sabemos da caracterização física da maior parte deles, sendo crível até que, para muitos, á sua individualidade étnica não correspondesse uma perfeita individualidade antropológica. Mas, quando assim não fôsse, parece-nos cedo ainda para identificações definitivas (1).

Pôrto — 1918.

A. A. MENDES CORRÊA.

(1) As figs. 3, 6 e 7 fôram feitas sobre fotografias do auctor. As restantes fôram extraídas dos trabalhos de Paula e Oliveira, pelo sr. Alvaro Couceiro, a quem agradeço a sua cóoeração.

O MOSTEIRO DE S. PAULO DE ALMAZIVA A PAR DE COIMBRA



DESDE que, ha precisamente dez annos, visitei pela primeira vez a Igreja de S. Paulo, nos aros de Coimbra, procurei logo, folheando as chronicas monasticas da Ordem de Cister, conhecer a historia de tam curioso monumento: trabalho baldado, porque a S. Paulo de Frades apenas encontrei ligeira referencia no *Portugal Sacro e Profano* (1), e só mais tarde, percorrendo o *Diccionario geografico* do Padre Luiz Cardoso, se me deparou no artigo — Almaziva — noticia mais desenvolvida, escripta evidentemente por quem conhecia *de visu* a Igreja e a linda paisagem que a cêrca (2).

Ninguem chama hoje a freguezia senão pelo nome de S. Paulo de Frades: o locativo — Almaziva — usado já em documentos do século xi, está completamente esquecido, como esquecido está o monumento e as preciosidades artisticas que encerra. E' bem singular a este respeito o silencio das velhas chronicas monasticas, que o infatigavel chronista-mór Fr. Manoel de Figueiredo, Cisterciense, já notou nas suas doudas «Lembranças e advertencias para suplementar á primeira parte da Alcobaca illustrada com o que por descuido ou vontade deixou de escrever o seu autor (3)».

Porque resolvi agora utilizar a grande copia de materiaes que tenho reunido, fui remexer na poeira dos archivros velhos codices e pergaminhos e da minha pesquisa venho dar noticia.

No primeiro de janeiro da era de 1258, Fernando Pires, doou á Ordem de Cister o logar chamado Almaziva, com uma capela de S. Paulo e seus dominios, vinhas, olivêdos, hortas, moinhos, pastagens, a herdade chamada Villa Franca, no termo de Montemór, com todas as suas pertenças, e ainda uma cruz de prata dourada, outra de *alimoges*, um turbulo, um calice de prata doirada, outras peças de prata, paramentos de seda e linho, e muitos outros objectos inventariados no proprio documento, que tem certo valor filologico, tudo com destino á fundação dum mosteiro da referida Ordem (4). A instituição foi feita com autoridade do bispo de Coimbra e cabido da Sé e depois confirmada, no mês de setembro da mesma era, pelo Papa Honorio III, que lhe concedeu todos os privilegios de que gozavam os mais conventos cistercienses (5).

(1) Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro e Profano*, 2.º volume, Lisboa, 1768, pag. 110.

(2) 1.º volume, Lisboa, 1747, s. v. «Almaziva».

(3) Biblioteca Nacional: Codice mss. n.º 1482, fol. 133.

(4) Torre do Tombo: Cartorio de S. Paulo d'Almaziva, doação 2.ª, caixa 40, maço 1.º do século XIII.

(5) Joachim da Silva Pereira, *Coimbra gloriosa*, II, cap. 6, § 7.º, nota O, codice mss. n.º 577 da Biblioteca Nacional.

O MOSTEIRO DE S. PAULO DE ALMAZIVA A PAR DE COIMBRA

Em 1258, Afonso II faz doação ao mosteiro de S. Paulo da Gandara da Brunhosa (1). O mesmo rei, em abril de 1259, confirma em Fernando Pires, antigo cantor de Lisboa, a doação que sua avó, a rainha D. Teresa, tinha feito a Gonçalo Alvares e sua mulher Justa Saudis, em junho da era de 1116, da herdade de Lordemão, que pelo oriente extremava com Almaziva (2). Em 1286, Sancho II, no seu testamento, feito em Toledo, lega ao abbade de S. Paulo de Almaziva a herdade de Eiras, junto a Coimbra (3). Do seculo XIII, são quasi todos os documentos do cartorio de S. Paulo, archivados na Torre do Tombo, recolhidos em 1853 e 54 por Alexandre Herculano, na maior parte doações e cartas de compra,

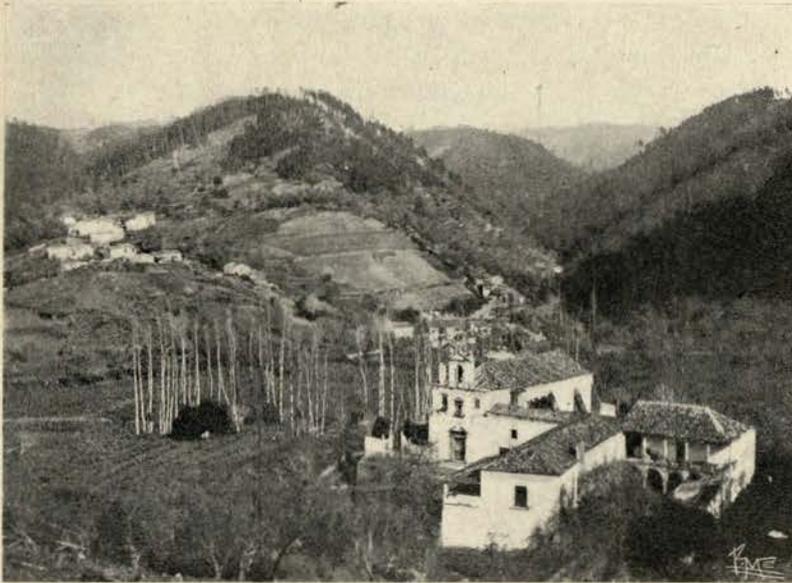


FIG. 1 — S. PAULO D'ALMAZIVA

venda e escambo de bens situados em Coimbra e região de Montemor-o-Velho, os quaes nos revelam os nomes dos abbades do mosteiro, Fr. Estevam, 1271 e 1276, Fr. Soeiro Pelagio, 1282 e 1284, e Fr. Pedro, 1365.

A 11 de novembro de 1375, encarrega o Abbade d'Alcobaça a certos monges de visitar o mosteiro de S. Paulo (4).

De 11 de janeiro de 1378, existem duas sentenças de D. Afonso IV, para que o mosteiro de S. Paulo não tivesse jurisdição alguma, nem no lugar e casaes a que chamam Albergaria de Vicente Cego, termo d'Oliveira do Conde, nem na aldea de Villa Franca, termo de Montemor-o-Velho (5).

A 5 de março de 1393, encarrega o Abbade de Alcobaça dous monges de visitarem por ele os mosteiros de Bouro, Ceiça, Maceiradão, S. Paulo, Estrella, Odivellas e Castris (6).

(1) Torre do Tombo: Cartorio de S. Paulo d'Almaziva, doação 3.^a, caixa 40, maço 1.^o, do seculo XIII.

(2) Idem, idem, doação 4.^a, caixa 40, maço 1.^o, do seculo XIII, e *Foraes velhos*, maço 12, n.^o 3, fol. 43 v.^o

(3) Sousa, *Historia genealogica da casa real portuguesa*, Provas, I, pags. 50-51; Fr. Antonio Brandão, *Monarchia lusitana*, IV parte, fol. 278 v.^o, e Fr. Manuel dos Santos, *Alcobaça ilustrada*, pag. 90.

(4) Torre do Tombo: Cartorio d'Alcobaça, Livro 2.^o dos Tombos — *Livro dourado* — fol. 40.

(5) Torre do Tombo: *Chancelaria de D. Afonso IV*, Livro 4.^o, fol. 58, v.^o e 59 e v.^o; Livro 2.^o de *Reys*, fol. 151 e v.^o e 152 e v.^o

(6) Torre do Tombo: Cartorio d'Alcobaça, Livro 2.^o dos Tombos — *Livro dourado* — fol. 42, v.^o

O MOSTEIRO DE S. PAULO DE ALMAZIVA A PAR DE COIMBRA

A 18 d'agosto de 1398, encarrega novamente a certos monges de visitarem o mosteiro de S. Paulo a par de Coimbra (1). A 9 de março de 1399, Afonso Egidio renunciou o mosteiro de S. Paulo nas mãos do Abbade d'Alcobaça, que o concedeu a Fr. Aparicio (2).

Da era de 1408 é a imagem gotica ainda agora existente na Igreja, a que adeante me referirei. D. Fernando, em 1413, dá ao mosteiro carta de proteção real, confirmada mais tarde por D. Afonso V (3). O mesmo D. Fernando, em 1419, concede-lhe, por alvará, privilegio para os seus caseiros não pagarem jugada (4). D. João I, no anno de 1433, concede-lhe carta de guarda e encomenda e carta de privilegio á aldeia de Alfarellos, que lhe pertencia (5).

A 9 de fevereiro de 1443, apresentou e confirmou o Abbade d'Alcobaça o seu monge Fr. João na abbadia de S. Paulo, em virtude de renuncia de Fr. Rodrigo (6).

Em 1445, conclue Fr. Bernardo d'Alcobaça, abade de S. Paulo, a versão da mui celebrada *Vita Christi*, publicada só em 1495, que tão grande importancia tem nos fastos da tipografia portuguesa (7), pertencendo ao mesmo abade a versão ou simplesmente a copia dos *Actos dos Apostolos*, publicados nos *Ineditos portugueses dos seculos XIV e XV* (8), e á bibliotheca do mosteiro o fragmento de uma versão da antiga Regra de S. Bento, publicado tambem nos mesmos *Ineditos* (9).

D. Manoel, a 2 de setembro de 1496, dá-lhe carta de confirmação geral de todos os seus privilegios, graças e liberdades (10).

Em 1514, desiste da abbadia de S. Paulo o abade Fr. João de Santarem e é nomeado para aquelle logar o monge d'Alcobaça, mestre Fr. Jorge, bispo titular de Lindia, que o exerceu com lustro para o mosteiro até 14 d'abril de 1548, data em que se foi para S. João de Tarouca. E' do seu governo que encontrei noticias mais circunstanciadas sobre a historia do convento. Logo no começo, tratou de revindicar a posse d'alguns bens que ilegalmente se haviam emprazado aos parentes do seu antecessor



FIG. 2 — FECHO CENTRAL DA ABOBADA DO CORO

(1) Idem, idem, idem, fol. 94, v.º

(2) Idem, idem, idem, fol. 34 e v.º

(3) Torre do Tombo: Livro 8.º da *Extremadura*, fol. 252 v.º

(4) *Historia ecclesiastica de Coimbra*, tomo 3.º, § «Noticias pertencentes ao Colegio de S. Bernardo», fol. 57, Codice n.º 149, da Biblioteca Nacional.

(5) Torre do Tombo: *Chancelaria de D. João I*, Livro 2.º, fol. 100 e v.º

(6) Torre do Tombo: Cartorio d'Alcobaça, Livro 2.º dos Tombos — *Livro dourado* — fol. 38.

(7) Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Historia cronologica e critica da real abbadia de Alcobaça*, Lisboa, 1827, pags. 77-83; Inocencio, *Dicc. bibliografico*, I, pags. 366-367; Simões de Castro, in *Bolletim bibliografico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, I, 1914, pag. 473.

(8) Fr. Fortunato de S. Boaventura, Coimbra, 1829, I, pag. 18.

(9) Idem, I, pag. 244.

(10) Torre do Tombo: Livro 11.º, da *Extremadura*, fol. 107 v.º

O MOSTEIRO DE S. PAULO DE ALMAZIVA A PAR DE COIMBRA

e que eram, no dizer de Fr. Fortunato de S. Boaventura (1), a melhor fazenda da casa.

Em 1526, sendo Abbade Comendatario d'Alcobaça o Cardeal Infante D. Afonso, os padres Fr. Bernardo de la Fonte e Fr. Thomaz Langa, do mosteiro da Pedra, no reino de Aragão, visitadores, forão ao mosteiro, mas «não fiseram visitação alguma porque não acharam ahi o Dom Abbade do dito mosteiro e na dita casa não havia mais de um frade (2)».

A 10 de maio de 1529, dirige o Abbade de S. Paulo uma carta a Fr. Antonio de Sá, governador do mosteiro de Alcobaça pelo Cardeal Infante, em que lhe dava por satisfação de não receber naquelle Convento ao monge Fr. Francisco de Beja o ter a casa mais religiosos do que nunca tivera, que nem Fr. Antonio de Sá para lá o podia mandar, sem observar as condições que dispunham as Difinições da Ordem, e que, se estas razões não bastassem para o convencer, que elle daria de tudo conta a El-Rei (3). A 16 de junho do mesmo anno, foi feita ao Abbade de S. Paulo, pelo Corregedor de Coimbra, Sebastião da Fonseca, notificação, por virtude de um alvará de El-Rei e outro de Fr. Antonio de Sá, Abbade do mosteiro de Pedroso, governador e visitador d'Alcobaça, para se apresentar em Alcobaça e explicar porque não cumpriu o que o mesmo governador lhe mandou sobre a aceitação de certo monge (4).

Em 1532, entrou Fr. Jorge em renhida demanda, que durou por mais de doze annos e graves desordens produziu na economia do mosteiro, com os moradores d'Alfarellos, que se tinham esquecido de que o mosteiro d'Almaziva era seu senhorio directo e se recusavam a pagar dizimos, rações e outros cargos, com que seus maiores tinham recebido aquellas terras. Apesar da intervenção do Papa Paulo III (5), os moradores d'Alfarellos, protegidos por certo magnate de Montemor, apelaram para os tribunaes seculares, que aceitaram a questão e ordenaram um rigoroso sequestro nas rendas do mosteiro. Da sua ação como reformador conservou Fr. Antonio Brandão preciosa noticia, nestes termos: — «D. Jorge, Bispo d'Elvidia, Abb. de S. Paulo, fez muitas obras na dita casa, a saber: a Igreja com seu forro, o côro, os claustros, os celeiros e lagares d'azeite, as ermidas e cruz a cima do olival, os celeiros de Alfarellos e Villa Franca, comprou geiras em Bolam, etc. (6)». A confirmar esta noticia lá estão, no fêcho central da abobada do côro, as armas de S. Bernardo (7) com a data de 1539, comprehendida no governo de Fr. Jorge.

Em 1539, escreve Fr. Simão Coelho a El-Rei D. João III, fazendo contra o Abbade e Bispo gravissimo libelo. Esta carta é um documento



FIG. 3 — N. S. DO ROSARIO

(1) *Historia cronologica e critica*, já citada, pag. 153.

(2) Torre do Tombo: Cartorio d'Alcobaça: *Livro das visitações dos mosteiros de frades e freiras desta ordem e de alguns de S. Bento*, 1526, folhas sem numeração.

(3) Torre do Tombo: *Corpo cronologico*, Parte I, Maç. 42, Doc. 118.

(4) *Idem, idem*, Parte I, Maç. 43, Doc. 8.

(5) «Sentença e largo processo havido em Roma sobre o mosteiro de S. Paulo em favor de Dom Jorge, abb. do dito mosteiro» — Torre do Tombo: Cartorio d'Alcobaça, Livro 2.º dos Tombos — *Livro dourado* — fol. 100 a fol. 106.

(6) Fr. Antonio Brandão: *Coleção de varias antiguidades pertencentes á Historia de Portugal*, fol. 255 v.º, Codice d'Alcobaça, n.º 452, Biblioteca Nacional.

(7) Sobre as armas que usavão os Cistercienses de Portugal, vide Fr. Manoel de Figueiredo: *Biblioteca Nacional*, Codice mss. n.º 1482, fol. 269 a 279; Codice mss. n.º 1485, fol. 79 a 81 v.º

O MOSTEIRO DE S. PAULO DE ALMAZIVA A PAR DE COIMBRA

interessantissimo para o estudo dos costumes monachaes da epoca (1) e delle apenas publicarei, por agora, dous interessantes periodos, que se prendem com a escandalosa questãõ de D. Filipa d'Eça, já tratada com brilho por varios auctores (2). A proposito della escreveu Sousa Viterbo (3): — «Como seria prodigiosamente interessante observar a turba de personagens secundarios que formavam uma e outra parcialidade e que enxameava mais ou menos na sombra como as bacterias numa gota d'agua!» A carta de Fr. Simão Coelho vem mostrar que o Abbade de S. Paulo era uma dessas personagens secundarias: escreve assim o pobre do Cisterciense, Fr. Simão, a quem o Abbade fez passar bem maus bocados:

«mais provarei como tem dona Felipa deça em casa ha que foi lamçada fóra de Lorcavam e houtra religiosa, testemunhas todos os seus creados e Fr. Thomas que foy dizer com ella huã missa ao Espirito Santo.»

«como tem huu clerigo em Roma e ho mantem e lhe mandou muitos estromentos contra El-Rey nosso Sñr e contra vossa Alteza que não fazião justiça a dona Felipa he faz muito por suas cousas e faz as minutas dos estromentos e Fr. Thomas hos faz e outros seus creados . . . etc.»

Feita em Thomar, a 22 de janeiro de 1552, no reinado de D. João III, existe uma procuração de Fr. Salvador, para o Commendador-mór poder renunciar por elle em Roma o mosteiro de S. Paulo: — «a qual renunciaçam assi farão os ditos seus procuradores ou cada hum delles em separado com tal declaraçam que ao Santo padre aprasa conceder o dito mosteiro de S. Paulo com os ditos fruitos e rendas per annexar e incorporar á ordem de nosso Senhor Jesus Cristo ou pera em todo se fazer delle o que el Rey nosso Senhor manda suplicar a sua Santidade *et non als alec neq alio modo . . .*» (4).

A 10 de setembro de 1552, escreve de Thomar a El-Rei Fr. Salvador sobre as rendas do mosteiro de S. Paulo, que El-Rei queria aneixar ao Colegio do Salvador (*sic*) de Coimbra, representando-lhe igualmente ter já feito procuração para se renunciarem nas mãos do Pontifice (5).

Finalmente a 30 de janeiro de 1554, a bulla da penitenciaria *Cum a nobis*, confirma a criação do Colegio do Espirito Santo de Coimbra, e trespassa para elle o mosteiro de S. Paulo e suas rendas (6), entrando logo na posse do mosteiro abolido o Reitor do Colegio. «O Senhor D. João III, escreve Fr. Manoel de Figueiredo, para maior e perpetua firmidãõ impetrou o Beneplacito Pontificio para universal uniãõ das rendas, propriedades e alfaias do mosteiro extincto. Raynucio Farnezio, Cardeal Presbytero do titulo de Santo Angelo, Penitenciario do Papa Julio III, expedio as Letras Confirmatorias com data de Roma 30 de janeiro de 1554. Novo acto possessorio, ratificado em 13 de setembro de 1559

(1) Torre do Tombo: Corpo cronologico. Parte I, Maç. 66, Doc. 56.

(2) Sousa Viterbo: *O Convento de Lorcãõ — O abbadessado de D. Filipa d'Eça* (narrativa historica) in-*Brinde aos Senhores assignantes do Diario de Noticias em 1887*, Lisboa 1888, pag. 67-99; Lino d'Assumpção: *As Freiras de Lorcãõ* (ensaio de monografia monastica). Coimbra 1899, pag. 79-95; A. Braamcamp Freire: *A gente de Cancioneiro (de Resende)*, in-*Revista Lusitana*, XI, pag. 323-329.

(3) Sousa Viterbo: *Obra citada*, pag. 98.

(4) Torre do Tombo: Gavêta 19, maço 11, n.º 36.

(5) Torre do Tombo: Corpo cronologico, Parte I, Maç. 88, Doc. 98.

(6) *Corpo Diplomatico Portuguez: Relações com a curia romana*, VII, Lisboa, 1884, por J. da Silva Mendes Leal, pag. 319 a 323.

O MOSTEIRO DE S. PAULO DE ALMAZIVA A PAR DE COIMBRA

pelo Reitor do Collegio, Fr. Pedro de Rio Maior, o confirmou no dominio do que já possuia. Elle estabeleceu no despovoado mosteiro residencia firme para um parochio monge pastorear as ovelhas que erão e ainda são suas freguesas (1)».

Em 1595 e 1743 ainda se fizeram obras nas edificações do mosteiro, como mostra a primeira destas datas num escudo de S. Bernardo, que está numa parede exterior, e a segunda, na verga duma porta, tambem exterior. Já, porem, em 1828, Fr. Fortunato de S. Boaventura, se refere *às ruinas do antigo mosteiro* (2); e, em 1834, 30 de maio, data da extinção das ordens religiosas, consta do — *Auto de continuação do sequestro feito nos bens pertencentes ao abandonado collegio de S. Bernardo da cidade de Coimbra existentes em Sam Paulo* — que os bens de raiz se compunham entre outros do «ospicio ou casa dos Frades com quartos, lojas, curraes, adega com hum lagar de fazer vinho, sendo que tudo está muito velho. . . (3)».



FIG. 4 — N. S. DO ROSARIO

Eis, em rapidos traços, tudo quanto consegui averiguar da historia do esquecido mosteiro de S. Paulo d'Almaziva, a par de Coimbra.

A igreja, cuja fachada parece restauração do século XVII ou XVIII, tem, em um nicho, sobre a porta principal, uma estatua de S. Bernardo, e, com as edificações anexas, em que ha «nobilissimas» varandas, commodos do antigo mosteiro, fica situada numa baixa, em que principia uma pequena varzea, cercada por elevados outeiros, em um dos quaes alveja a aldea da Rocha Nova. Tem uma só nave; e da construcção primitiva, que devia obdecer ao estylo romanico, dominante à data de fundação, apenas conserva vestigios na abside da capela-mór, evidentemente dêsse estylo, com seus cachorros e gigantes caracteristicos. O côro, obra da primeira metade do século XVI, assenta sobre uma elegante abobada de nervuras, a cujo fecho central (fig. 2) já fiz referencia.

O maior interesse, porem, do vetusto monumento está na bella imagem gotica a que hoje chamam, esquecido o primitivo simbolismo, Nossa Senhora do Rosario (fig. 3 e 4): a Virgem, assentada, tem sobre o joelho esquerdo o Menino Jesus, que, atento, escuta e escreve, talvez, as suas palavras, e na mão direita segura um fruto, que parece estar descrevendo. As roupagens são bellamente tratadas, com todo o realismo que inspira a escultura desta epoca. A estatua, em pedra d'Ançã, tem gravada numa das faces lateraes uma inscripção em gotico (fig. 5).

Está pintada de côres vivas e berrantes, que lhe alteram um pouco a primitiva serenidade, e della se esqueceu, tambem, Fr. Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuário Mariano*.

Vi na igreja outra imagem, bellamente tratada em estylo do Renascimento, represen-

(1) *Memorias do Collegio Real do Espirito Santo de Coimbra da Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo*, por Fr. Manoel de Figueiredo, fol. 30 v.º, Codice mss. n.º 1478, da Biblioteca Nacional.

(2) *Historia chronologica*, já citada, pag. 153.

(3) Archivo da Fazenda Publica (Santa Joanna, Lisboa) — *Inventario do Collegio do Espirito Santo*, n.º 106; fol. 16 e seguintes.

O MOSTEIRO DE S. PAULO DE ALMAZIVA A PAR DE COIMBRA

tando a Senhora da Maternidade, que me disseram ter vindo há poucos annos da Sé Velha.

No pavimento da igreja, há algumas inscripções, que não copiei, mas de que encontrei noticia. Fr. Antonio Brandão cita uma de interesse para os fastos do mosteiro e diz tê-la copiado do *Livro Dourado*, lib. 6, mas nella ha talvez erro de data: — «Aqui jaz Fr. João de Santarem chantre que foi del Rey D. A.º e del R. D. João, e eleito em Alcobaca em Abb. de S. Paulo e passou para o Senhor e. 1502.» (1).

Outras duas encontrei-as no 2.º tomo da *Historia ecclesiastica de Coimbra*, § 95, fl. 98 e v.º (2): — «Aqui jaz João Alvaro o Largo Lavrador e morador em Lordemão muito honrado esta sepultura de sua mulher e filho Manoel era de 1570» — e — «Sepultura do Padre Doutor Fr. Antonio de S. Bernardo era de 1584».

Este Dr. Fr. Antonio de S. Bernardo, monge professo do mosteiro de S. Paulo, foi lente da Universidade e abade do Collegio de S. Bernardo no trienio de 1583, segundo li na 2.ª parte da *Alcobaca illustrada* de Fr. Manuel dos Santos, que se conserva inedita (3).

Duas festas tradicionaes se realizavam aqui, segundo refere o *Diccionario Geografico* do Padre Cardoso: — um «clamor» ou procissão, que, na primeira oitava do Espirito Santo, ia a S. Fructuoso, alem do Mondego, na freguezia de Ceira, e, o jantar na festa do padroeiro, assim descripto: — «No dia de S. Paulo vem o Prelado com seus Religiosos do Collegio de S. Bernardo festejar ao mesmo Santo, fazendo plausivel a sua solemnidade; e nesse mesmo dia assiste toda a Freguezia a que o Collegio dá de jantar, honrando-se muito os freguezes deste favor antigo que recebem».

... Com que saudades recorde aqui, de longe, nesta inestetica cidade, os bellos passeios que dei até S. Paulo, por Cellas, Rangel, Corrente e Lordemão, voltando ás vezes por Eiras, nas floridas primaveras de Coimbra...

(Clichés e desenhos do autor.)

Lisboa — 1918.

A. MESQUITA DE FIGUEIREDO.

(1) *Codex quintus antiquitatem*, etc. fol. 89 — Codice d'Alcobaca, n.º 450, Biblioteca Nacional.

(2) Codice mss. da Biblioteca Nacional, n.º 148.

(3) Biblioteca Nacional: Codice mss. n.º 1476, pag. 870.

frey alvaro.
 dr: marccym.
 :monge: de
 ste: m: de: sa:
 paulo: man.
 dou: fazer: es
 ta: imagem
 : ejus: : anima.:
 requiescat
 : in pace:
 : amen ✕
 E: 408

FIG. 5 — INSCRIPÇÃO DA VIRGEM

CRONICA

LIVROS

A-Sé Velha de Coimbra, por D. José Pessanha (Lisboa 1917): — Das numerosas descrições existentes da Sé Velha de Coimbra, nenhuma, como esta que agora temos presente numa linda separata da *Terra Portuguesa*, nos deu a impressão de um trabalho metódico, completo e harmonioso, em que cada cousa se ache no seu lugar por direito proprio e sem esforço.

A cada trecho se revela nesta monografia o professor, libertando o espirito do discipulo de minucias escusadas, para só lhe fazer apreender os pontos essenciaes, quer da estrutura, quer da decoração do monumento. Quem desejar conhecer a Sé Velha, perfeita e conscienciosamente, deve tomar e seguir este formoso trabalho do illustre professor da Academia de Belas Artes.

Com uma serie de monografias semelhantes a esta, sobre os principaes monumentos portuguezes, estaria dado o primeiro passo para a elaboração da historia da Arquitetura Portuguesa, que, dia a dia se torna mais indispensavel.

As nossas felicitações ao nosso illustre e prezado colaborador.

A Arte Manuelina e os Criticos, por D. José Pessanha (Lisboa 1917): — Neste seu belo trabalho, separata do *Arch. Port.*, o sr. D. José Pessanha reuniu com elegancia e clareza as opiniões de todos os criticos que, acêrca deste brilhante periodo da arte portuguesa, se tem manifestado.

Desde o escritor brasileiro Varnhagem que, em 1842, ao descrever o mosteiro dos Jeronimos, de Belem, propôz a adoção do qualificativo *manuelino*, a A. Augusto Gonçalves, Ramalho Ortigão, Adães Bermudes, Emilio Bertaux, Walter Crum Watson e Lamperez y Romea, que mais recentemente se occuparam deste estilo, nem um só deixa de ver citadas e comentadas superiormente as suas ideias ou impressões.

Como epilogo de todas as opiniões expostas o autor apresenta-nos, sucintamente, as conclusões a que hoje se pode chegar acêrca deste estilo da época das nossas navegações e conquistas.

Outro Mundo, por Hipolito Raposo (Coimbra 1917): — O sr. Dr. Hipolito Raposo, que é um literato com a sua reputação feita, veio mostrar-nos, mais uma vez, neste seu novo livro, como o filão das tradições populares regionaes é fecundo e atraente, cheio de interesse e de grandeza.

Tomando uma serie de motivos tradicionaes beirões, e tratando-os com uma superioridade que só se adquire com uma longa pratica de escrever, e quando esses assuntos se conhecem intima e profundamente, e não simplesmente pela leitura de uma cronica, o sr. dr. Hipolito Raposo conseguiu fazer um livro notavel, digno de uma larga divulgação.

Na serie de contos que o compõem ha que mencionar, em especial: *Os Funeraes de Viriato*, soberba peça literaria, sufficiente por si para crear a reputação de um artista; *Os Padroeiros*, conto repassado de melancolia e do misticismo exaltado de outras eras; e a *Oração a Trebaruna*, vibrante canto de guerra de um soldado lusitano à deusa guerreira de sua terra.

Tapetes de Arrayollos, por D. Sebastião Pessanha (Lisboa, 1917): — A industria artistica popular dos tapetes de Arraiolos encontrou em D. Sebastião Pessanha, um novo cheio de talento, de vontade e de amor pelas cousas portuguesas, o seu monografista.

Numa edição delicada, artistica e equilibrada, como só ele tem o segredo de as preparar — Cfr. *As Arrufados de Coimbra* e o *Ensino Profissional* — reuniu o joven e erudito etnografo uma serie de dados concernentes a celebre industria transtagana, utilizando já os ensinamentos derivados da bela *Exposição de Tapetes de Arraiolos* que, por sua principal influencia e sob a sua direcção, se realizou no Museu do Carmo, de Lisboa.

Está o trabalho dividido em cinco capitulos, de que o simples enunciado deixa perceber toda a importancia. Eil-os: I. Classificação por epochas — Do primeiro periodo á decadencia; II. Technica e polycromia; III. A influencia da tapeçaria persa; IV. O renascimento; V. Industria paralela em Espanha. Quasi todos estes capitulos conteem materia inédita, de extraordinario valor para a elaboração desse capitulo interessantissimo da historia das nossas artes industriaes.

Obra bem delineada, bem escrita e de conclusões cheias de logica e verdade, a monografia *Tapetes de Arraiolos* será, dóra avante, o guia indispensavel do colecionador, do artista ou do estudioso que necessitem conhecer essa formosa industria portuguesa.

As ilustrações do trabalho são de Alberto Sousa e honram o talento do autor.

R. V.

AINDA A PROPOSITO DA «ARTE RUPESTRE GALLEGO Y PORTUGUÉS» DO SR. JUAN CABRÉ AGUILÓ

Na critica que fiz a este livro (*Terra Portuguesa*, vol. II, p. 188) liam-se os seguintes periodos:

«Na revista portuense *A Aguia* publiquei eu, em junho de 1915, num artigo intitulado — *Idolos preistoricos tatuados de Portugal*, duas placas de schisto que haviam sido oferecidas ao Museu Etnologico e que ali estavam expostas havia alguns anos. Desenhou-as o meu amigo e director artistico desta revista, o sr. Alberto Sousa.

«Na *Historia do Museu Etnologico*, posta a correr só em meados de 1916, veem reproduzidas as mesmas duas placas, escolhidas, caso curioso, entre dezenas e dezenas de outras que o Museu possui. O desenho, porém, feito pelo desenhador do Museu, difere bastante do que reproduzi nos *Idolos*. Esta *Historia do Museu* traz a data, atrazada, de 1915.

«Que acontece? O sr. Cabré publica os desenhos que veem no meu trabalho e atribui-os á obra de Leite de Vasconcelos, caso tanto mais para admirar quanto, todos o reconhecem, o conhecido preistoriador espanhol é tambem um artista muito distinto.

«Enganou-se o sr. Cabré, ou foi enganado? E, se foi enganado, por quem o seria?»

A esta pergunta veiu agora, passado um ano, responder na *Revista de Historia*, n.º 25 («Factos e Notas», p. 63), o sr. J. F. E veiu, tentando justificar-se do triste papel que então representou, confessar que fóra ele — demais o sabia eu — que informára o sr. Cabré.

O sr. Cabré mandára para a «Sociedade de Sciencias Naturaes» o seu trabalho sobre Arte Rupestre, e o encarregado de revêr as provas e corresponder-se com o arqueologo espanhol foi o sr. J. F. No seu trabalho, o sr. Cabré reproduzia, do meu folheto *Idolos preistoricos tatuados*, as duas placas de Mertola e Ponte de Sôr, e dava-as, *segun* Vergílio Correia, i. é, como extraidas do trabalho de V. C. Isto vinha no original e compoz-se nas primeiras provas do trabalho. No intervalo entre as primeiras provas e as segundas, o sr. J. F. mandou dizer ao arqueologo espanhol — segundo informação que tenho dele, e que o sr. F. agora confirma — que as placas haviam já sido publicadas por L. de V., sendo-lhe, ao mesmo tempo, enviada a *Hist. do Mus. Etn.* onde elas tambem vinham reproduzidas. *Historia* que, para justificar estas e outras prioridades, sahia em meados de 1916 com a data de 1915.

Em face desta informação, o sr. Cabré modificou a legenda e, em vez de as dar *segun* V. C., deu-as *segun* L. de V. — *Hist. do Mus. Etn. Port.* Infelizmente, na atrapalhação do momento, o sr. F. esqueceu-se — ao criminoso escapa sempre algum indício por onde a justiça o apanha — de que os desenhos das placas eram diferentes no meu trabalho e no de L. de V., e daí resultou que apareceram em publico os desenhos do meu trabalho dados como se pertencessem ao de L. de V.

Eis o facto, na sua brutal simplicidade.

Vem agora o sr. J. F., pretendendo justificar-se, dizer que mandou a informação para que Cabré não me considerasse o descobridor das placas.

Onde me considerava o sr. Cabré descobridor? Onde digo eu que as descobri? A unica coisa que eu e o sr. Cabré poderiamos dizer era que eu as havia publicado em primeiro lugar. Nada mais. Nem outra coisa pretendi nunca. Nos *Idolos preistoricos*, um trabalho todo de sintese e onde não podia atardar-me em largas explicações, escrevi a respeito das placas: — «A primeira appareceu em Idanha-a-Nova, a segunda no concelho de Mertola, a terceira numa anta da herdade de Cavaleiros (Ponte de Sôr); pertencem todas ao Museu Etnologico, onde estão». Por outro lado, na critica que fiz ao trabalho do sr. Cabré, lá se citam bem claramente as «duas placas de schisto que haviam sido oferecidas ao Museu Etnologico e que ali estavam expostas havia alguns anos».

Continuando com a sua justificação, o sr. F., «para varrer a sua testada», podia dizer melhor — para varrer a escada do sr. L. de V. —, queixa-se de que eu publicára os documentos de Mertola e Ponte de Sôr sem autorisação do sr. L. de V. e, para apoiar este queixume, transcreve uma cartinha do mesmo illustre professor.

ARTE RUPESTRE GALLEGO Y PORTUGUÊS

Efectivamente, sangra-me o coração ao confessa-lo, eu publiquei as placas sem dizer nada ao sr. L. de V. E, peor, — ó coração empedernido! —, não me arrependo disso! Publiquei-as no livre direito de qualquer cidadão maior e possuidor dos seus direitos civis e politicos, que entende que os museus são elementos de estudo para todos, e não quintas fechadas para logradouro dos directores e seus amigos. E da mesma opinião era o sindicante ao Museu Etnologico, o Prof. Agostinho Fortes. Que o não esqueçam...

Avisar o sr. L. de V. do que tencionava publicar! Parece que o sr. J. F. não conhece o illustre professor! Ora ouça:

Um dia, na Biblioteca do M. E., aconteceu dizer eu ao Director que a arte popular, em especial a arte dos pastores, era bastante conhecida dos autores dos seculos XVII e XVIII, os quaes frequentemente se referiam a objectos decorados com essa arte. Pois no dia seguinte appareceu no *Diário de Noticias* um artigo de columna, sobre *Arte Pastoril*, em que se citavam trechos de autores antigos e em que, para mais, o meu Director me dirigia uma piada grosseira e transparente...

Outra vez, pedi-lhe autorização para copiar determinadas placas do Museu, porque desejava publicar um trabalho sobre esse assumpto. Negou-me essa autorisação, e tão rispidamente, que não me contive que não lhe respondesse, textualmente: «Pois sr. Director: apesar de tudo, creia V. Ex.^a que ainda hei-de publicar uma monografia sobre placas!» E cumpri o que prometi, nos *Idolos-placas (Terra Portuguesa)*, Vol. III, p. 29 e ss.

Depois, eu publiquei as placas com a maior tranquillidade de espirito, porque as sabia oferecidas ao Museu, onde jaziam esquecidas e improduttivas.

De uma delas confirma o sr. L. de V. que foi oferecida ao Museu pelo Dr. von Hafe, de Mertola. Da outra escreveu o mesmo illustre professor que appareceu numa excavação que fez em 1910, em companhia do dr. Matos Silva, de Ponte de Sôr (Arch. Port. XV, p. 247-249). E transcreve a proposito, na carta acima citada: — «appareceram seis placas de lousa sendo uma com uma gravura que representa uma cara, objecto muito raro». Foi pena que não transcrevesse o resto do paragrafo. Mas vou eu transcreve-lo para elucidação dos leitores: — «alem disso mais meia placa, dois vasos, uma pedra de afiar, uma faca quasi inteira, e oito machados de pedra, um delles muito grande. Alguns destes objectos *haviam apparecido numa excavação anterior feita na anta*, e foram-me oferecidos pelo sr. Lopes de Castro e sua Ex.^{ma} filha, D. Maria Eugenia Lopes de Castro, que, apesar de guardar religiosamente como uma reliquia uma das placas, n'a ofereceu da melhor vontade».

Pois bem Eu julgava, julgo ainda, e continuarei a julgar, que a placa com olhos e tatuagem, era uma das que haviam apparecido anteriormente á chegada do sr. L. de V. ...

Sr. F., eu conhecia razoavelmente o meio em que vivia. Defendi-me. Defendi-me, e defendo-me, apenas. Não desejo passar ao ataque; mas se para lá me levarem, lá me teem. E é mesmo por defesa que algumas vezes cito as minhas explorações dolmenicas no Alentejo. De facto, não me consta de archeologo portuguez que tivesse explorado, como eu o fiz já, perto de 80 dolmens.

E, liquidado este assumpto, uma preguntazinha. Porque não publicou o sr. F. o seu arrazoado no *Archeologo Portuguez*? Porque veio abusar da hospitalidade da *Revista de Historia*, que é uma publicação seria, incapaz de se prestar, conscientemente, a fazer o joguinho particular seja de quem fôr?

Porque o sr. L. de V. quiz ficar de lado e fez *marchar* o sr. F. Pobre sr. F.! No que o seu Mestre o meteu! Era melhor que lhe tivesse revisto sempre as provas dos seus trabalhitos, para não lhe deixar por lá tanta e tanta cousa que se presta a critica, quando não á risota, e que eu pacificamente por lá continuo a deixar adormecida na paz do Senhor. Juizinho, sr. F.; não acorde quem dorme!

E ponto, que, para reclamo ao sr. J. F., já é demais!

O assunto não me mereceria uma resposta se o arrazoado em questão não houvesse sido publicado numa revista respeitavel como é a *Revista de Historia*. Tive primeiro a intenção de responder na *Terra*. Mas, que tem a nossa querida revista, que desejamos manter tão alto, que ver, afinal, com este genero de questões, de tão pequenina importancia!

A *Terra Portuguesa* não foi creada para agradar ou desagradar seja a quem fôr. Assente-se nisto. Tem mais altos fins, scientificos e patrioticos. Esquecendo os nossos interesses, desajudados do Estado, que não nos subsidia nem considera de utilidade publica, vivendo exclusivamente do publico, é para ele que não somente todas as nossas atenções e cuidados.

V. C. do mestre professor.

MAIS LIVROS RECEBIDOS

Costumes Portuguezes (Ensaio Bibliográfico), por Henrique de Campos Ferreira Lima — Lisboa 1917: — O distinto bibliografo sr. Ferreira Lima teve a ideia de coligir num folheto de 37 paginas, quanto conhecia ou possuia na sua preciosa coleção de estampas, acêrca de costumes ou trajos populares portuguezes, dedicando a Roque Cameiro e Alberto Sousa esse trabalho. Relacionam-se assim pela primeira vez, com grande proveito para a Etnografia, muitissimos trajos hoje desaparecidos e para sempre perdidos. Felicita-mo-lo calorosamente.

Muito valioso o introito com que o ilustrado bibliografo e benemerito editor da Historia de Portugal, sr. Henrique Marques, enriquece o trabalho.

Noticia Historica do Corpo Militar Academico de Coimbra (1808-1811), por Fernando Barreiros: — Pela primeira vez se encontram reunidos num trabalho cuidado, honesto e completo, os dados referentes á parte que os estudantes de Coimbra tomaram na defesa do país contra os franceses. A monografia que o sr. Capitão Barreiros escreveu e ilustrou com magnificas gravuras, é, por isso, um livro definitivo, merecedor do nosso mais vivo aplauso.

Medios e vias de comunicacion de la Peninsula Iberica en los tiempos prehistóricos por Don Pedro Garcia Faria (*Revista de Obras Publicas* — Madrid, n.ºs 2188 a 2192): — Recebemos e agradecemos o envio deste trabalho de caracter geral sobre a arqueologia espanhola, que vem acompanhado de alguns mapas, planos e fotografias de grande interesse.

Um pretensu vencedor de Aljubarrota por A. A. Mendes Corrêa (Porto 1918): — E' uma concisa nota antropologica que o nosso presado colaborador, Dr. Mendes Corrêa escreveu acêrca de um craneo, ha muitos anos exposto no Museu do Carmo com a indicaçao de pertencer a um vencedor de Aljubarrota, e que não passa de um craneo feminino.

D. Antonio Gaetano de Sousa, o 243º aniversario do seu nascimento, por Affonso de Dornellas: — E' a interessante comunicaçao que este nosso distinto colaborador fez no dia 30 de Maio de 1917, 243.º aniversario do nascimento de D. Antonio Gaetano de Sousa, na Associação dos Arqueologos de Lisboa. O trabalho vem acompanhado de 2 belos retratos do homenageado, um dos quaes inedito.

O Enforcado (Novelas), por Costa Macedo (Porto 1917): — Numa linda edição da «Renascença Portuguesa» enriquecida com uma capa de Correia Dias, o artista delicado que o Brazil nos arrebatou, publicou o sr. Costa Macedo uma serie de contos regionaes, a que deu o titulo de um deles — *O Enforcado*.

O sr. Costa Macedo tem um verdadeiro temperamento de romancista que clara e altamente se revela em todo o livro, mas em especial nos seus contos *Penélope*, *Carolina Augusta*, *Pobre Florinda* e o *Libertario*. Versando assuntos bem portuguezes, num estilo fluente e vernaculo, o sr. Costa Macedo conseguiu realizar já uma obra interessante que, espera-mo-lo, trabalhos subseqüentes, notabilizarão ainda mais.

Navegao portuguesa dos seculos XVI e XVII. Naufragios intditos, por Carlos de Passos (Coimbra, 1917): — Recebemos e agradecemos este novo trabalho do sr. Dr. Carlos de Passos, separata do «Instituto»

Nele se ocupa o distinto publicista de varios naufragios dos seculos XVI e XVII, cujas relações, inéditas, encontrou entre os manuscritos da Biblioteca Municipal do Porto.

Ficam-nos para a apreciação critica do proximo numero, os seguintes trabalhos: *Horreos e Palafitos de la Peninsula Iberica*, por Eugenio Frankowski; *A vida de uma Tribu Sul-Africana*, trad. de Carlos Bivar; *Estudos da Etnogenia Portugueza* (Cranios braquicéfalos) por A. A. Mendes Corrêa; e *Extracto del «Avance al estudio de la escultura prehistórica de la Peninsula Iberica»*, por D. Juan Cabré Aguiló.

No proximo n.º 25-26 da *Terra Portuguesa* — colaboraçao do Prof. Henri Breuil, de Eugenio Frankowski, de Vieira Natividade, D. José Pessanha, Alfredo Guimarães, D. Sebastião Pessanha, etc.

